

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**TÍTULO VI**  
**DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

.....

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.

Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

*Supremo Tribunal Federal*

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA  
D.J. 04.08.2000  
EMENTÁRIO Nº 1 9 9 8 - 4

811

09/05/2000

SEGUNDA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 196.707-2 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO  
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL  
RECORRENTE: FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
ADVOGADO: ANTONIO VIEIRA DE CASTRO LEITE E OUTROS  
RECORRIDO: ANA NERI DE SOUSA TSCHIEDEL  
ADVOGADO: ALEXANDRE STROHMEYER GOMES

APOSENTADORIA - PROFESSORES - ORIENTADORA EDUCACIONAL  
- TEMPO DE SERVIÇO. O preceito constitucional regedor da  
aposentadoria dos professores contenta-se com o efetivo exercício em  
funções da magistério, não impondo como requisito atividade em sala  
de aula. Assim, descabe ter como infringido o preceito da alínea "b"  
do inciso III do artigo 40 da Constituição Federal no que, presente  
a qualificação de professora, reconheceu-se o direito à  
aposentadoria especial à prestadora de serviço há vinte e cinco anos  
nas funções de especialista em educação e orientadora educacional.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os  
Ministros do Supremo Tribunal Federal, em segunda turma, na  
conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por

*m*

S.T. 102.002

